



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0004033-04.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Rodrigo Soares de Aquino**
 Requerido: **Assuero Gomes dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Nestes autos principais, nº 4033-04.2011, **RODRIGO SOARES DE AQUINO** move ação indenizatória contra **ASSUERO GOMES DOS SANTOS**. Em 16.12.09, deixou seu veículo VW Brasília, 1981, na oficina do réu, para a troca do assoalho, das duas laterais traseiras, e as duas caixas de som. O preço cobrado foi de R\$ 1.000,00. Ao réu pagou R\$ 600,00 no ato, faltando R\$ 400,00 para pagamento após a entrega do veículo, feitos os serviços. O réu nada fez por 4 meses. O autor foi até a oficina do réu, onde este lhe disse que o serviço no assoalho exigiria a aquisição de uma carcaça melhor, de outro veículo, para substituição. A outra Brasília foi mostrada mas o autor decidiu não efetuar essa compra, orientando o réu a proceder tal como contratado. Todavia, mesmo assim, o réu comprou a outra Brasília, e ainda efetuou o desmanche da Brasília do autor, vendendo algumas de suas peças. E não fez o serviço contratado. O autor sofreu prejuízos equivalentes ao valor da Brasília, R\$ 2.000,00, e do que havia pago, R\$ 600,00. Pede seja o réu condenado a pagar-lhe, portanto, R\$ 2.600,00.

O réu contestou (fls. 27/34). O preço inicialmente contratado foi de R\$ 1.200,00, não R\$ 1.000,00. A compra da carcaça da outra Brasília foi feita de comum acordo entre as partes. Pela outra carcaça pagou ao terceiro R\$ 500,00, gastando ainda mais R\$ 100,00 de guincho. A antiga carcaça foi vendida ao ferro velho por R\$ 30,00. A carcaça foi comprada para ser colocada no veículo do autor, certamente com a autorização deste. O réu terminou o serviço e passou a cobrar o autor o valor contratado e justo, isto é, R\$ 600,00 (o que faltava do preço pelo serviço) + R\$ 600,00 (preço pago pela outra carcaça e respectivo guincho) – R\$ 30,00 (lucro auferido com a venda da carcaça antiga) = R\$ 1.170,00. O autor recusa-se a pagar e ainda acusa o réu injustamente de ter efetuado o desmanche do veículo. O autor inclusive lavrou um inverídico BO contra o réu. O réu sofreu danos morais. Pediu a improcedência da ação e, em pedido contraposto, a condenação do autor ao pagamento dos R\$ 1.170,00 mais indenização por danos morais.

O juízo não conheceu do pedido contraposto (fls. 49/50).

As partes foram ouvidas em depoimento pessoal (fls. 63, 64).

O estado do VW / Brasília foi constatado por oficial de justiça (fls. 75).

O juízo determino a reunião, para processamento e julgamento conjuntos, deste processo com o até então em andamento no JEC (fls. 147/149).

Nos autos em apenso, que até então haviam tramitado pelo JEC, nº 21400-41.2011, **ASSUERO GOMES DOS SANTOS** é que move ação contra **RODRIGO SOARES DE AQUINO**. Sustentando os mesmos fatos acima expostos, pede a condenação da contraparte ao pagamento de R\$ 1.170,00 e indenização por danos morais.

Já o réu daquele processo, em contestação (fls. 19/21 daqueles autos), sustentando os mesmos fatos já relatados anteriormente, pediu a improcedência da ação e a condenação do autor ao pagamento de R\$ 2.600,00.

Os autos foram então encaminhados a esta 4ª Vara Cível, diante da conexão.

Prosseguindo o feito, com os processos já reunidos, aos autos aportou cópia de laudo pericial elaborado na investigação criminal (fls. 166). Ouviram-se, durante a instrução, duas testemunhas (fls. 214, 217). As partes manifestaram-se em debates (fls. 216).

É o relatório. Decido.

1- O autor deixou seu veículo, VW Brasília, na oficina do réu para serviços,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

especialmente a troca do assoalho e das caixas laterais (conforme depoimentos pessoais, fls. 63, 64), que estavam "podres" (testemunha, fls. 214). O réu, para efetivar os serviços, adquiriu a carcaça de outra VW Brasília, substituindo a do autor. O autor diz que não concordou com esse procedimento. O réu diz que houve tal concordância. Surgiu um impasse não resolvido até hoje, estando o veículo, na presente data, ainda em poder do réu.

O longo período no qual o veículo está em poder do réu firma convicção bastante de que o réu não está devolvendo o automóvel até que recebe a quantia que a que entende fazer jus.

Tal procedimento não possui base jurídica. O réu não tem direito de retenção. Deveria ter devolvido o veículo do autor e, se o caso, buscado pelas vias próprias cobrar o seu crédito. "(...) A retenção do veículo pela oficina, a pretexto de não pagamento do preço do serviço, não tem base legal (...)" (TJSP, Ap. 4002635-54.2013.8.26.0510, Rel. Adilson de Araujo, 31ª Câmara de Direito Privado, j. 01/07/2014).

O exercício de tal indevida retenção, pelo réu, ao longo desses anos, acarretou a depreciação do veículo do autor, cujo estado absolutamente lastimável foi constatado por oficial de justiça (fls. 75).

O réu ficará, então, com o veículo.

Mas pagará ao autor indenização correspondente ao valor do automóvel.

O valor do automóvel a ser considerado deve ter como parâmetro temporal a data em que foi deixado na oficina, isto é, 16.12.09. Sustenta o autor que, à época, o veículo estava avaliado em R\$ 2.000,00. Sustenta o réu que o veículo, pelo estado em que se encontrava, valia à época R\$ 600,00, e que na data da contestação, maio/2011, e porque consertado, valeria R\$ 1.500,00 (fls. 29). O ônus da prova competia ao autor. Como não produziu qualquer prova, será admitido o valor de R\$ 1.500,00 em maio/2011 (após consertado, afinal o réu, como veremos mais à frente, terá reconhecido o seu direito de receber pelos serviços que prestou).

2- O réu efetivamente consertou o veículo do autor, inclusive com a troca da carcaça da VW / Brasília. A afirmação do autor de que não concordou com a troca da carcaça não foi comprovada e é inverossímil, não convencendo o juízo a alegação de que o réu faria tal troca, inclusive desembolsando R\$ 600,00 ao vendedor da carcaça nova, sem a concordância do autor.

Assim, o réu tem o direito de receber pelos serviços prestados.

O autor diz que o preço convencionado foi de R\$ 1.000,00 e havia pago R\$ 600,00. O réu diz que o preço foi de R\$ 1.200,00 e havia recebido os R\$ 600,00. Ao réu competia a prova de sua alegação de que o preço era maior do que o alegado pelo autor. Não o tendo feito, será admitido o direito de receber diferença de R\$ 400,00.

Também tem direito de ser reembolsado pela quantia referente à compra da carcaça nova, correspondendo a R\$ 500,00 (compra em si, fls. 41) + R\$ 100,00 (guincho, valor não impugnado pelo autor).

3- O réu não receberá indenização por danos morais. É direito de todo cidadão apresentar às autoridades competentes fatos e atitudes que levem à suspeita de tentativa de crime ou crime. E, assim agindo, somente em caso de má-fé ou despropósito, respondem por seus atos, ainda que a pessoa sobre a qual é lançada a suspeita ou, mesmo, imputado um fato delituoso, possa sofrer investigação policial e o que dela, regularmente, é claro, decorre (STJ: 4ª Turma, REsp n. 468.377?MG, Rel. Sálvio de Figueiredo Teixeira, unânime, DJU de 23.06.2003; 3ª Turma, AgRg no Ag n. 945.943?MS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, unânime, DJU de 14.12.2007; 4ª Turma, REsp n. 254.414?RJ, Rel. Min.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Jorge Scartezzini, unânime, DJU de 27.09.2004; 3ª Turma, REsp n. 470.365/RS, Relatora Ministra Nancy Andrichi, unânime, DJU de 01.12.2003).

O caso dos autos não é de má-fé ou despropósito. O autor lavrou o boletim de ocorrência porque sinceramente suspeitava da atitude do réu. Não há prova de má-fé ou despropósito.

DISPOSITIVO

Ante o exposto:

(a) julgo parcialmente procedente a ação movida nos autos principais para condenar Assuero a pagar a Rodrigo R\$ 1.500,00, com atualização monetária desde maio/2011 e juros moratórios desde a citação;

(b) julgo parcialmente procedente a ação movida nos autos em apenso para condenar Rodrigo a pagar a Assuero (1) R\$ 400,00, com atualização monetária desde o contrato em 16.12.09 e juros moratórios desde a citação (2) R\$ 600,00, com atualização monetária desde o desembolso em 23.01.2010 (fls. 41) e juros moratórios desde a citação.

As dívidas são compensáveis entre si.

Aquele que tiver saldo credor promoverá, com o trânsito em julgado, o cumprimento de sentença.

Houve sucumbência recíproca e na mesma proporção. Cada parte arcará com 50% das custas e despesas processuais, observada a AJG. Os honorários compensam-se integralmente.

P.R.I.

São Carlos, 19 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**